



Exacta

ISSN: 1678-5428

exacta@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Salgado, Ivone; Muriha, Douglas
Patrimônio Arquitetônico no Estado de São Paulo: uma arquitetura para matadouros e
mercados antigos
Exacta, vol. 7, núm. 2, 2009, pp. 263-277
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81015222013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Patrimônio Arquitetônico no Estado de São Paulo: uma arquitetura para matadouros e mercados antigos

*Architectural heritage in the State of São Paulo:
slaughterhouses and markets*

Ivone Salgado

Professora Titular – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo –Ceatec –PUC de Campinas.
São Paulo – SP [Brasil]
salgadoivone@uol.com.br

Douglas Murilha

Mestrando - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo –Ceatec –PUC de Campinas.
São Paulo – SP [Brasil]
dmurilha@hotmail.com

O objetivo do artigo é chamar a atenção para a existência de um patrimônio arquitetônico industrial agroalimentar existente no Estado de São Paulo, especialmente matadouros e mercados, que foram construídos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no contexto de uma política urbana higienista, para o qual ainda não se percebe uma política consistente de valorização pelos órgãos de preservação do Estado. A tardia valorização deste patrimônio arquitetônico fez com que muitos destes exemplares se perdessem, inclusive exemplares significativos que se tornaram modelo para outras obras e que foram demolidos nas décadas de 1960 a 1980, quando ainda não era difusa a ideia de um valor histórico do patrimônio industrial.

Palavras-chave: Arquitetura Eclética. História da Arquitetura. Patrimônio Industrial.

The paper aims to draw attention to the existence of an agri-industrial architectural heritage existing in the State of São Paulo, especially slaughterhouses and markets, which were built between the second half of the nineteenth and early twentieth century, in the context of a sanitation policy. The late recovery of this architectural heritage was responsible for the demolition of these buildings. Many buildings, including significant examples, that later have become a model for other structures, were demolished between the 1960s and 1980s. At the time, the idea of a historical value of industrial heritage was not yet diffused.

Key words: Architectural history. Eclectic architecture. Industrial heritage.

1 Introdução

Este artigo pretende chamar a atenção para a existência de um patrimônio arquitetônico industrial agroalimentar existente no Estado de São Paulo, especialmente Matadouros e Mercados, que foram construídos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no contexto de uma política urbana higienista, para o qual ainda não se percebe uma política consistente de valorização pelos órgãos de preservação do Estado.

Estes edifícios participaram de um processo de formação da administração pública moderna na medida em que agruparam atividades que antes eram de responsabilidade de particulares e passaram a ser de responsabilidade da administração pública municipal. Para implementá-los foram necessárias regulamentações e atos normativos – leis, decretos, posturas ou regulamentos – para que pudessem ser administrados pelo poder público municipal.

Uma tipologia arquitetônica com uma linguagem eclética se difunde, tipologia esta ligada a um padrão universal e marcada pelas novas técnicas construtivas que utilizam o ferro e o tijolo, assim como pelos galpões com *lanternim*. Segundo Luciano Pateta (1987, p. 13), esta linguagem eclética se irradiia na arquitetura no século XIX como a arquitetura própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso e as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto. Foi esta clientela burguesa que exigiu os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa e na evolução rápida das tipologias dos edifícios públicos.

Em São Paulo foi a sociedade nascida do café que provocou o surgimento e aperfeiçoamento de meios de produção de materiais básicos utilizados na construção; a partir desta época, a taipa foi

substituída pelo tijolo e pelo ferro. Inicialmente, o café levou a prosperidade às cidades do vale do Paraíba que gravitavam em torno do Rio. A abastança chegou à capital da Província somente depois que o café suplantou a cana no antigo quadrilátero do açúcar e após a instalação da estrada de ferro pelos ingleses, em 1867. A partir daí, São Paulo assumiu sua liderança como centro político e econômico da Província. Com a chegada de outras ferrovias, destaca Carlos Lemos (1987, p. 72), a capital da Província estava pronta para receber o Ecletismo, sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico: era o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade, e de lá difundia-se para o interior da Província.

Neste contexto, destaca-se a figura de Ramos de Azevedo que, formado na Bélgica, na Universidade de Gande, introduz os tipos arquitetônicos universais deste período para os edifícios públicos e particulares, entre eles matadouros públicos e mercados públicos, conforme os ensinamentos que recebera do seu preceptor Louis Cloquet. Ramos de Azevedo ou o seu escritório são os responsáveis de muitos dos projetos destes edifícios construídos nas diversas cidades do Estado de São Paulo.

A tardia valorização deste patrimônio arquitetônico fez com que muitos destes exemplares se perdessem como, por exemplo, o Matadouro Municipal de Campinas, que se constituía num modelo e que foi demolido na década de 1960.

No período, as teorias higienistas recomendavam para a construção dos Matadouros Municipais que as suas implantações se dessem fora da área urbana, o que fez com que muitos destes equipamentos subsistam e não tenham ainda sido demolidos, sobretudo naquelas cidades onde não foi muito intensa a expansão urbana, como no caso de Campinas.

Pretende-se com a proposição desta comunicação sensibilizar a sociedade e os órgãos de

preservação para a definição de uma política de recuperação, restauro e revitalização deste tipo de equipamento urbano dado o seu valor histórico, arquitetônico e cultural.

2 O arquiteto-ingenheiro Francisco Paula de Ramos Azevedo

Na cultura profissional no campo da engenharia e da arquitetura existente no Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um dos personagens de grande destaque foi o arquiteto-ingenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, brasileiro, formado na Bélgica, na *Université de Gand*, onde se matriculou em 1875, conforme nos informa Carlos Lemos (1985).

Após concluir sua formação, Ramos de Azevedo voltou ao Brasil e estruturou a sua vida profissional na cidade de Campinas, de onde havia partido para realizar seus estudos. Em Campinas, realizou algumas obras que lhe dariam renome e chamaria a atenção do então governador da Província, o Visconde de Parnaíba, considerado o grande promotor e incentivador da decisão do jovem e talentoso arquiteto mudar-se para a capital de São Paulo em 1886, segundo Maria Cristina Woff de Carvalho (1998, p. 9), quando convidado para construir a sede do Tesouro Nacional.

Como registra Eudes Campos (1998, p. 31), foi intensa a febre construtiva na cidade de São Paulo a partir dos anos 1870 e, paralelamente à produção oficial, Ramos de Azevedo e outros engenheiros atuantes passaram a atender a uma demanda do estrato mais elevado da sociedade paulistana, que recorria a profissionais diplomados, para o projeto e construção de edifícios particulares das mais variadas naturezas.

Uma intensa atividade profissional fez com que, no início do século XX, Ramos de Azevedo passasse a ser o “arquiteto oficial da cidade” de São Paulo e responsável pelas principais obras públicas ali então realizadas. Torna-se, então, um personagem engajado no processo de modernização da cidade, segundo Haskel e Gama (1998), processo este que visava colocá-la ao lado das principais cidades burguesas da época.

Para Eudes Campos (1998, p. 31), o que distingue Ramos de Azevedo de seus colegas predecessores não é tanto o brilho de seu talento, mas o fato de ter encontrado na capital paulista uma situação política, econômica e sociocultural bastante favorável ao vertiginoso florescimento de sua carreira – apoiada, naturalmente, nas qualidades intrínsecas necessárias ao bom êxito profissional de um grande empresário da arquitetura e construção civil.

As obras de Ramos de Azevedo passaram a ser referência para muitos dos profissionais que atuavam nas diversas cidades na Província, depois Estado, de São Paulo. O fato de ter-se tornado um empresário, abrindo escritório sob sua responsabilidade, no qual participavam vários outros profissionais sob a sua liderança, fez com que o volume de obras atribuído a ele nas diversas cidades do Estado de São Paulo fosse imenso.

Dentre as construções realizadas por Ramos de Azevedo, o Matadouro Municipal de Campinas e o Mercado Municipal de Campinas podem ser considerados modelos para as demais cidades do Estado. A análise dos aspectos construtivos e projetuais destas obras permite verificar a filiação de sua proposta a modelos tipológicos muito usuais no período na Europa.

Sua obra se transforma, então, numa referência projetual e muitos dos matadouros públicos e mercados públicos que as diversas municipalidades empreenderam neste período, no contexto de uma concepção higienista e sanitarista, serão

construídos segundo estas referências. As construções destes tipos de equipamentos em diversas cidades paulistas podem ser identificadas como variantes destes modelos.

Formado na Universidade de Gante, na Bélgica, Ramos de Azevedo introduz modelos tipológicos para a construção de matadouros e de mercados que podem ser reconhecidos nas lições que o seu mestre Louis Cloquet lhe ensinara e que seriam publicadas na obra *Traité D'Architecture – Éléments de L'Architecture, Types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture*, que tem sua primeira edição em 1898 . Este manual recolhe as lições de arquitetura e construção do mestre no período entre 1850 a 1900.

Segundo Maria Cristina Wolff de Carvalho (2000, p. 107), a organização do *Traité* de Cloquet e sua apreensão da arquitetura estão presentes na organização do Curso de Arquitetura da Politécnica de São Paulo, no programa das disciplinas ministradas por Ramos de Azevedo e no método projetual do arquiteto.

A geometrização do processo de composição arquitetônica, presentes na obra de Ramos de Azevedo e no Tratado de arquitetura de Louis Cloquet, emergiram dos ensinamentos de Jean-Nicolas-Louis Durand, no seu *Précis des leçons d'architectur données à l'École Polytechnique*, de Paris, 1801-1823.

Para Werner Szambien (1988, p. 286), a originalidade do método de Durand reside na utilização paralela de formas geométricas elementares e de modelos seriais de composição.

As severas regras distributivas e tipológicas, o ritmo das estruturas modulares fixadas por Durand , nas quais deviam se basear o decoro e a ornamentação neoclássica, constituíram o fundamento da metodologia profissional por muito tempo e na metade do século XIX foram adotadas pelo determinismo compositivo dos engenheiros (PATETA, 1987, p. 12).

3 A moderna administração pública: a concepção higienista na definição dos mercados públicos e matadouros públicos

O período de atuação de Ramos de Azevedo em São Paulo é aquele no qual

se assiste a uma mudança na administração pública, que se voltou para o empreendimento de uma série de obras consideradas essenciais para a manutenção da higiene urbana, no contexto de uma política urbana higienista.

O movimento higienista que se desenvolve a partir do final do século XVIII e se difunde universalmente possui importantes características de novidade. Sob a influência de uma nova visão laica do valor da vida, em uma época de revolução industrial, os governos mais iluminados adquirem consciência que o estado de saúde da população deve constituir um objetivo prioritário para diminuir a terrível mortalidade causada pelas epidemias.

Segundo Jean Sournia (1994, p. 201), embora no campo da medicina o século XVIII haja continuidade em relação ao século precedente, quando a Europa se constroi em bases religiosas, a medicina se torna cada vez mais laica, sobretudo na segunda metade do século com o nascimento do Iluminismo Despótico, quando vários soberanos vêm seus poderes ampliados a despeito da Igreja e da Aristocracia, e encorajam as ciências, as manufaturas, o comércio, a agricultura , à fim de construir a prosperidade de seus povos.

Políticas públicas modernas de combate às péssimas condições sanitárias das cidades serão adotadas pelos poderes municipais difundindo-se um movimento higienista.

A teoria que está na base do movimento higienista é em grande parte a miasmática, que atribui ao “veneno” presente no ambiente a causa das

epidemias. Se nega o papel do contágio justamente quando a doença afeta muitas pessoas ao mesmo tempo (a sua causa não poderia então ser alguma coisa que passava de uma pessoa a outra, mas alguma coisa que é, em dado momento, comum a todos. No que concerne a eficácia prática, antes de Pasteur e Koch, os defensores da teoria do contágio, não podendo individualizar-lhe a sua natureza específica, não se encontram em condições de propor nenhuma ação sanitária precisa, enquanto os defensores da teoria miasmática, propõem assegurar a pureza da água e a frescura dos alimentos, de eliminar do lixo urbano, a putrefação, a sujeira, de modo a reduzir os miasmas. Estas ações, sobretudo nos super-populosos ambientes urbanos, acarretaram resultados positivos, dando força à teoria que estava na sua base (FANTINI, 1998, p. 182)

A teoria miasmática admite que as substâncias em decomposição, mesmo que em pequenas quantias, são capazes de provocar no organismo modificações patológicas “pelo contato”. A multiplicação química é como uma reação em cadeia e vem comparada à transmissão do foco de uma casa a outra. As explicações químicas do contágio são dominantes por volta da metade do século XIX, e correspondem perfeitamente às políticas higiênicas da época, dentre elas a ideia de construir os matadouros públicos e os mercados públicos para sanear o meio urbano e evitar a propagação das epidemias.

Em São Paulo, o Governo da Província comunicou à Câmara Municipal de São Paulo, no ano de 1854, sobre a possível chegada do coleira morbus no Brasil e solicitou que esta tomasse providências para que fossem removidos todos os focos de infecção na cidade e para que os fiscais da Câmara atuassem de forma sistemática (CAMARGO, 1995, p. 51)

A partir de então, o advento do cólera em diversas cidades do Império justificou uma fase de

intensificação da construção de obras públicas em diversas cidades, dentre elas os Matadouros e os Mercados. Com a concepção higienista começou a se formar uma administração pública moderna que passa a ser a responsável pela construção, administração e regulamentação do uso destes equipamentos. O que está em jogo não é apenas a construção de matadouros e mercados, mas de matadouros públicos e mercados públicos. Inicia-se um período no qual os profissionais da engenharia e da arquitetura serão contratados pelas Câmaras Municipais para realizarem estas obras. Ramos de Azevedo e seu escritório responderam a esta demanda de forma intensa.

Todavia, ainda hoje, não existe um levantamento sistemático desta produção nas cidades do interior do Estado o que justifica chamar atenção para este patrimônio, construído ainda pouco catalogado e vulnerável ao abandono e/ou destruição.

4 Tipologia construtiva para os matadouros municipais

Na Segunda metade do século XIX, o velho Matadouro Municipal da cidade de Campinas que ficava junto à Casa de Câmara e Cadeia é objeto de debates devidos os diversos incômodos que causava a sua presença na área central da cidade. O discurso dos médicos higienistas que recomendavam o isolamento deste tipo de edifício da área central levaria a Câmara Municipal, em 1877, a adquirir terrenos situados fora do perímetro urbano para a construção do novo Matadouro. Foi nestes terrenos, localizados à margem direita do ribeirão do Piçarrão, em uma área urbana que se situava além dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e do bairro operário Vila Industrial, ou seja, nos arrabaldes da cidade, que o Matadouro Públíco seria construído sendo inaugurado em 1882.

No tratado de arquitetura de Louis Cloquet (1992, p. 201) são apresentadas recomendações para a construção dos matadouros públicos. O autor explica a necessidade de afastá-los dos centros urbanos por questões práticas, pois assim as manadas não atrapalhariam a circulação nas ruas da cidade, e por questões de ordem higiênica, lembrando que na França os matadouros públicos foram impostos às municipalidades a partir de 1807 e os primeiros foram construídos em Paris em 1810.

Cloquet recomendava a escolha de um lugar fora da cidade, de acesso facilitado, próximo a uma via férrea ou a uma estrada importante, preferencialmente em terrenos em declive próximos a um curso d'água, pois a atividade em si demandava água em abundância; e deveria ser localizado onde se pudesse estabelecer o mercado de animais. Ainda, deveria ser escolhido um lugar em que estivesse assegurada uma boa ventilação, de tal forma que os ventos dominantes não levassem as “emanações” para a cidade. Nas escolhas dos dois exemplos aqui destacados, o Matadouro Municipal de Campinas (Figura 1) e o Matadouro Municipal de Bragança Paulista (Figura 2), são nítidas as observâncias a estas recomendações. Na documentação do projeto para o Matadouro de Campinas, uma planta da região do Córrego Piçarrão, onde seria construído o matadouro, apresenta duas opções de localização revelando como estes preceitos eram levados em consideração quando da realização dos estudos preliminares.

Para o programa de um matadouro, Cloquet recomendava a disposição de diversas construções, que não deveriam ser feitas em altura, ou seja, deveriam fazer recurso apenas ao andar térreo, e deveriam estar dispostas numa área enclausurada para permitir o controle. As diversas construções seriam destinadas, entre outras, a abater os animais, a preparar a carne e as suas víceras, a um local para o repouso dos animais, a alojamentos

da administração, aos estábulos para os cavalos. Um sistema de canalização dos esgotos e outro de abastecimento da água também era recomendado devendo todo o térreo ser pavimentado e munido de passeios e canaletas bem dispostas para o bom escoamento da água. Cloquet apresenta, além das recomendações, alguns exemplos que considerava deveriam ser tomados como modelos. É o caso do que designa como plano tipo para um matadouro de cidades com população entre 5000 e 10000 habitantes, um projeto do arquiteto Craninckx (Figura 3) e uma planta do matadouro da cidade de Tarbes do arquiteto M. Coddau, de 1886, projetado para uma população de 30.000 habitantes.

A construção, divisão interna e instalações dos prédios que servissem de Matadouro Municipal de Campinas deveriam obedecer às normas higiênicas estabelecidas pela Câmara Municipal e, a partir de 1894, pelo Código Sanitário do Estado de São Paulo. Estas normas estabeleciam uma série de parâmetros construtivos e de aplicação de materiais adequados para as paredes, o piso, e também a inclinação para o escoamento de líquidos, entre outras.

Segundo a referida legislação, os espaços do complexo deveriam comportar “tendais para ahi sofrerem o enxugo da carne”, recinto para o abate, tratamento de resíduos e matérias escrementícias, fábrica de fusão de sebo, sem contato com os tendais, currais para o gado, bebedouros, mangueiro da seringa, escritórios, armazém para a salga do couro, posto ou aprisco e pocilgas.

No projeto para o Matadouro Municipal de Campinas, a disposição das diversas construções que compõem o complexo revela uma racionalidade na ordenação dos espaços. Ramos de Azevedo projetou os edifícios do complexo segundo uma mesma linguagem formal e compositiva. Utiliza o tijolo aparente como solução construtiva bem como o arco pleno como o principal elemento para compor as fachadas. Recorre a um estilo de

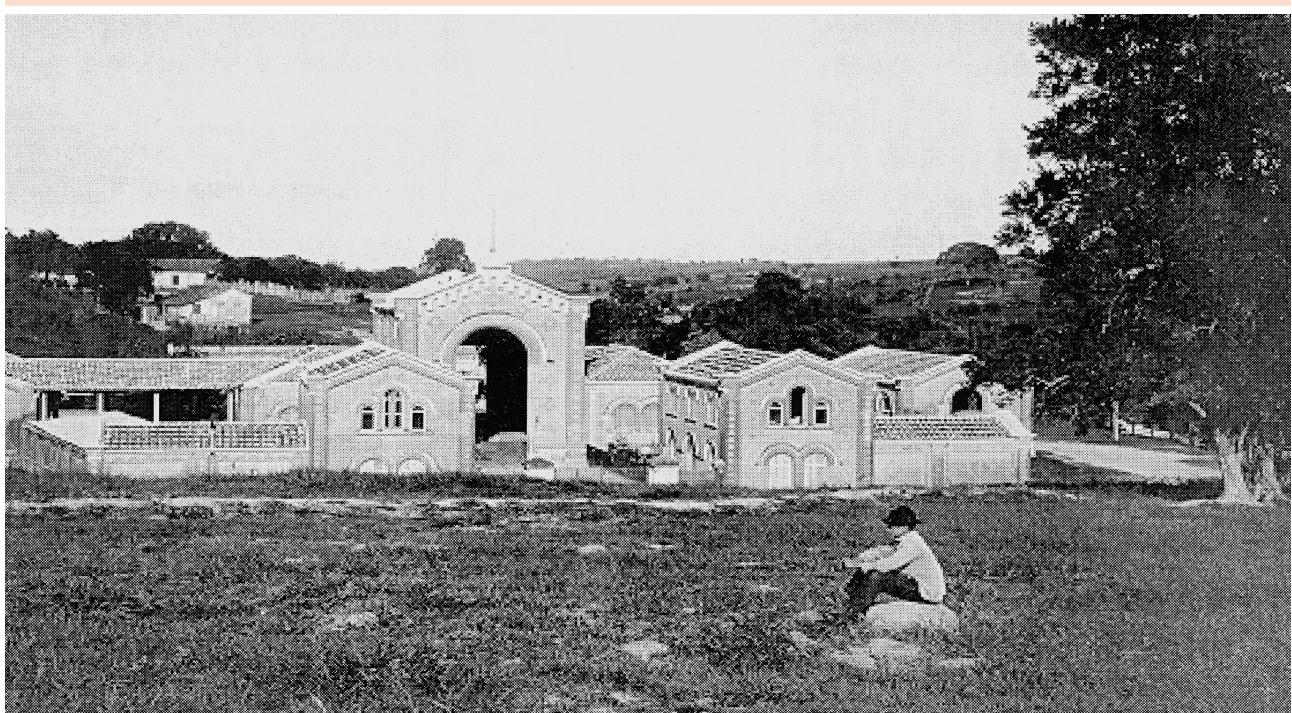


Figura 1: Imagem do Matadouro Municipal de Campinas, inaugurado em 1886 e demolido na década de 1960. O edifício de autoria de Ramos de Azevedo caracterizou-se como um modelo para outros matadouros construídos no estado de São Paulo. A tipologia adotada para este tipo de edifício público pode ser reconhecida nas lições que o mestre do arquiteto-ingenheiro, Louis Cloquet, lhe transmitira na Universidade de Gand, na Bélgica. Ramos de Azevedo projetou os edifícios do complexo segundo uma mesma linguagem formal e compositiva. Utiliza o tijolo aparente como solução construtiva bem como o arco pleno como o principal elemento para compor as fachadas. Recorre a um estilo de inspiração românica que confere assim unidade arquitetônica ao conjunto

Fonte: Museu da Imagem do Som, Campinas.

inspiração românica que confere assim unidade arquitetônica ao conjunto.

Na entrada do complexo foram projetadas duas residências de plantas simétricas, separadas por um pequeno largo e unidas por um portão de acesso. As duas residências, uma para o porteiro e outra para o administrador do matadouro, possuíam dois pisos; no térreo se localizavam o estar e a cozinha e no piso superior os quartos.

Assim como o restante, estas duas residências foram executadas em alvenaria de tijolos aparentes, com embasamento em pedra, cobertura em duas águas, de telhas cerâmicas, que, marcadas pelas empenas, revelavam a existência de calhas e condutores de águas pluviais... Apesar de sua simplicidade formal, as construções dos conjuntos dos blocos revelavam preocupações de ordem esté-

tica e higiênica, o que se constatou no tratamento das fachadas e na garantia de iluminação e ventilação natural para todos os ambientes (GOES, 200, p. 68).

A partir do pequeno largo de entrada, um espaçoso pátio dava acesso aos currais, aos chiqueiros e aos queimadores e à chamada Seção dos Bois. “A volumetria proposta correspondia a uma planta hierarquizada na qual, ao redor de um pátio central dispunham-se seis ambientes, três de cada lado, denominados *celas de corte*” (GOES, 2000, p. 69).

A análise do projeto de Ramos de Azevedo revela o tratamento cuidadoso com os aspectos da iluminação, da ventilação natural de todos os ambientes e da dotação de água corrente.



Figura 2: Matadouro Municipal de Bragança Paulista em 2009. O partido adotado neste edifício segue as mesmas características tipológicas do Matadouro Municipal de Campinas, tendo o edifício sido adaptado para uma pequena cidade, como recomendava os tratados de arquitetura do século XIX. Atualmente, o edifício, localizado nas margens de um córrego, foi transformado em casa de cultura. Apesar da destinação de um novo uso para este patrimônio e da sua preservação, o seu estado de conservação é precário

Fonte: Os autores.

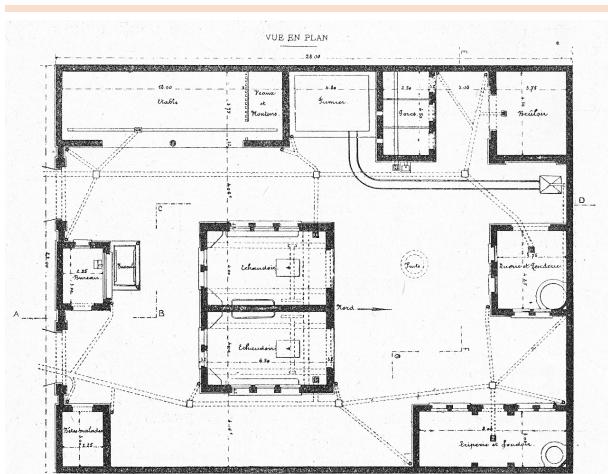
O edifício central, com altura superior aos laterais, tinha pé direito duplo

o que lhe conferia uma certa magnitude, sendo este o elemento referencial do conjunto. Nos desenhos das elevações lateral e frontal da Seção dos Bois, Ramos de Azevedo utilizou-se da mesma linguagem formal adotada para as residências, existindo mesmo uma grande similitude na composição formal, na marcação dos planos, aí acrescentando desenhos elaborados com tijolos multicoloridos (GOES, 2000, p. 70).

O conjunto também apresentava dois currais simetricamente distribuídos, com plantas retangulares e volumetrias correspondentes.

Entre a área denominada Seção dos Bois e a destinada aos Chiqueiros e Queimadores existia ainda a Fundição de Sebo, da qual não se tem referência, a não ser sua existência no Plano Geral. Fechando o conjunto, existia a área destinada aos Chiqueiros e Queimadores. Ao que se pode perceber, Ramos de Azevedo unificou em uma única construção as áreas destinadas ao abate de suínos.

Esta construção consistia de quatro salões retangulares que, distribuídos dois a dois, ladeavam um espaço central em forma de octógono. Todos os ambientes tinham acesso ao pátio que os precedia. A volumetria expressava, assim como nos



iguais, tendo em sua fachada dois blocos com pátio e portão de entrada ao meio; um pátio maior em seguida e logo atrás outros dois blocos, denominados Seção dos Bois. No caso do Matadouro Campineiro, estes dois blocos eram unidos por um bloco central e, no caso do Matadouro Ituano, esta ligação foi executada com uma cobertura de estrutura metálica.

O Matadouro Municipal de Campinas seria demolido na década de 1960 quando ainda não havia uma valorização deste tipo de patrimônio. Como sabemos, um movimento de valorização do patrimônio industrial só começaria na Europa no início desta década, a partir da demolição do Euston Arch, um pórtico neoclássico do terminal de uma das estações ferroviárias da linha que ligava de Londres a Birmingan projetado por Philip Hardwick e construída em 1838. Até então, a valorização deste tipo de patrimônio era inexisteente. Todavia, no interior do Estado de São Paulo, muitas são as cidades que ainda preservam os seus matadouros públicos, como é o caso da cidade de Bragança Paulista onde o edifício, localizado nas margens de um córrego, foi transformado em casa de cultura. Apesar da destinação de um novo uso para este patrimônio e da sua preservação, o seu estado de conservação é precário.

Outros matadouros construídos em de-
mais cidades do Estado de São Paulo, inclusive
o da Capital, foram preservados. O Matadouro
Municipal da cidade de Piracicaba foi constru-
ído em 1912 e hoje se encontra preservado. O
Matadouro Municipal da cidade de Santos foi
inaugurado em 1915 e na década de 1980 foi pre-
servado parcialmente. Sua implantação se deu a
partir dos mesmos princípios tipológicos definidos
por Ramos de Azevedo para este tipo de constru-
ção. Do complexo, dois galpões foram restaurados
pelo Serviço Social da Indústria (SESI), que recebeu
aquela área de cerca de 40 mil m² da Prefeitura em
1982 e, nos quatro anos seguintes, realizou obras

de recuperação e ampliação das edificações, para abrigar o recreio coberto, cozinha e duas salas de aula e parte do Centro de Lazer e Esportes.

No local destinado ao teatro procurou-se manter alguns aspectos distintivos da obra no processo de restauro, como o assoalho de pinho de riga, entre outros cuidados de preservação das edificações originais. Em março de 1984, a parte administrativa e alguns serviços do SESI começaram a funcionar ali, embora a inauguração só tenha ocorrido em setembro de 1986.

Na cidade de São Paulo, o novo Matadouro Municipal, em substituição ao velho Matadouro da Rua Humaitá, foi construído em 1884 com projeto de Alberto Kuhlmann no contexto de um concurso no qual a proposta de Ramos de Azevedo foi classificada em segundo lugar. Todavia, a sua solução tipológica não foge ao modelo estabelecido por Ramos de Azevedo. Sua inauguração se deu em 1887, tendo sido desativado 40 anos depois. O conjunto, em tijolo aparente, implantado em terreno de 17.000 m², contava com três galpões paralelos destinados à matança e ao esquartejamento de animais e ao tendal de animais de grande e pequeno porte. Hoje está instalada a Cinemateca Brasileira no local. Dois dos três galpões foram reformados mantendo o estilo original do matadouro. Em um deles funciona a área de documentação, que inclui materiais privados, como os do cineasta Glauber Rocha, e uma biblioteca rica em títulos da área cinematográfica. O outro galpão foi aproveitado como sala de exibição e o terceiro galpão está sendo restaurado, numa parceria com a Petrobrás e o BNDES, para ser transformado em uma nova sala de cinema.

Na cidade de Sorocaba, o Conselho Municipal de Cultura está propondo junto à seção de Patrimônio Histórico Cultural da Prefeitura e seu Conselho o Tombamento do antigo Matadouro Municipal com o objetivo de criar no local uma Oficina Cultural.

Os novos usos propostos para estes equipamentos revelam a viabilidade da preservação destes patrimônios. Todavia, em muitas cidades do Estado ainda encontramos alguns exemplares que correm o risco de desaparecer.

5 Tipologia construtiva para os mercados municipais

A arquitetura para mercados públicos também responde a modelos tipológicos estabelecidos nos tratados de arquitetura do período.

O Mercado Central de Paris, destruído em 1971, projetado e construído por Victor Baltar, arquiteto, funcionário da prefeitura de Paris, então sob a administração do reformador Hausmann, serviu de exemplo para muitos que se fizeram posteriormente. Utilizando basicamente o ferro, o partido arquitetônico mostrou-se exemplar, pois o sistema de dispor pavilhões que se interligavam revelou-se eficaz em vários casos de cidades menores que não necessitavam evidentemente de um mercado com as dimensões de Paris, mas que podiam planejar a quantidade de pavilhões que iriam necessitar (SILVA, 1988, p. 38).

Embora o modelo do Mercado Central de Paris, construído essencialmente em ferro, tenha alcançado grande difusão, inclusive no Brasil (SILVA, 1987), em São Paulo, capital e província como um todo, na construção dos mercados públicos difundiu-se preferencialmente a técnica construtiva do tijolo, com destaque para o recurso a uma linguagem neo-mourisca utilizada por Ramos de Azevedo no Mercado Municipal de Campinas.

No início do século XX, a construção de um novo mercado público para a cidade de Campinas torna-se uma necessidade em função do crescimento populacional. A ideia era substituir o ultrapassado mercado antigo que funcionava no atual

Largo das Andorinhas e os mercados de pequeno porte existentes em outros pontos da cidade.

No ano de 1906, o empresário Luiz Nogueira enviou à Câmara Municipal de Campinas uma proposta na qual tomava a si o encargo de construir, na Praça Correia de Mello, um novo Mercado para a cidade. Apesar da área ser próxima ao centro da cidade configurava-se na época como uma área ainda não totalmente urbanizada, portanto, ideal para a construção deste equipamento, conforme recomendação dos médicos higienistas e dos engenheiros sanitários.

A municipalidade, baseada em tal documento, abriu concorrência pública para tal fim. De acordo com Antônio Alves da Costa Carvalho, presidente da Câmara Municipal na época, um único proponente se interessou pelo assunto, foi o mesmo Luiz Nogueira. Dessa forma, se oficiou o contrato entre as partes.

Este documento, no qual a Câmara Municipal baseou a redação do edital de concorrência e posteriormente o contrato, previa que o construtor do novo mercado teria o direito de explorar suas instalações por um prazo de vinte anos. Findo esse prazo, o edifício seria revertido para o patrimônio municipal. A edilidade comprometia-se ainda a fechar os mercados existentes na cidade a partir da inauguração deste edifício.

Para a execução da obra do mercado, considerada um “melhoramento urbano” na época, a Câmara Municipal declarou de utilidade pública os prédios e terrenos situados à margem da Praça Correia de Mello, entre as ruas Benjamin Constant e Barreto Leme, julgados necessários para a mencionada construção, conforme a planta oferecida pelo concessionário, Luiz Nogueira.

Na sua proposta, Luiz Nogueira mencionava que segundo a planta por ele apresentada, conforme o edital, deveriam ser empregados *matérias de primeira qualidade, e attendidos todos os preceitos com relação á esthetica, segurança*

e hygiene do edificio. Dois dias após o estabelecimento da concorrência do Mercado, a Câmara Municipal também promulgou a Lei nº 113 que concedia à Companhia Agrícola Carril Funilense o uso e gozo gratuito da área de terreno da Praça Corrêa de Mello, entre as ruas Marechal Deodoro e Barreto Leme, necessária para o estabelecimento de desvios, armazéns, depósitos e mais dependências da Estrada de Ferro Funilense. Esta ferrovia, com uma extensão de quarenta e cinco quilômetros, ligaria Campinas ao bairro do Funil (atual cidade de Cosmópolis) e serviria como principal meio de escoamento da produção das gigantescas fazendas daquela região.

A colocação da pedra fundamental do novo Mercado Municipal de Campinas ocorreu no dia 31/01/1907 e a sua inauguração em 12/04/1908, na gestão do prefeito Orozimbo Maia, com projeto de autoria de Ramos de Azevedo. A construção da obra ficou a cargo dos irmãos Mazzini e a fiscalização coube ao arquiteto Augusto Fried. (Figura 4)

O edifício do mercado foi erigido em terreno pantanoso, o que teria obrigado seus construtores a drenar o solo para assim poderem executar as fundações do mesmo. A Câmara Municipal realizou as obras de terraplanagem, drenagem, calçamento e arborização no entorno desta central de abastecimento.

Ocupando uma área aproximada de sete mil e trezentos metros quadrados, o projeto de Ramos de Azevedo previa a construção de um corpo central, retangular, medindo 70,20 metros de comprimento por 20,60 metros de largura, ao qual ladeavam dois outros mais baixos. O corpo central é dividido em duas naves com compartimentos (boxes) iluminados e ventilados por claraboias, protegidas por caixilhos de persianas. O corpo central destaca-se também por apresentar uma elevação maior que os dois corpos laterais. O novo mercado oferecia vinte e oito boxes internos



Figura 4: Mercado Municipal de Campinas em 2009. A disposição do corpo central do mercado e a sua relação com os corpos laterais, a disposição dos boxes, assim como as soluções para as coberturas, correspondem aos planos tipos sugeridos por Louis Cloquet para um mercado municipal central no seu tratado de arquitetura. O edifício foi erguido em estilo neomourisco, com arcos em forma de ferradura, ameias arrematando as paredes externas e portadas com motivos árabes. Os ornamentos mouriscos para o edifício do mercado evocam a atividade mercantil, própria dos povos árabes, atitude comum à cultura arquitetônica eclética do século XIX e princípios do século XX

Fonte: Os autores.

e vinte e oito boxes do lado externo, destinados à venda de frutas e verduras, além da plataforma de embarque e desembarque, do lado esquerdo da Estação Funilense.

A disposição do corpo central do mercado e a sua relação com os corpos laterais, a disposição dos boxes assim como as soluções para as coberturas correspondem aos planos tipos sugeridos por Louis Cloquet (1922, p. 203) para um mercado municipal central no seu tratado de arquitetura. (Figura 5)

O edifício foi erguido em estilo neomourisco, com arcos em forma de ferradura, ameias arrematando as paredes externas e portadas com motivos árabes. Ao escolher estes ornamentos mouriscos para o edifício do mercado, o arquiteto quis simbolicamente evocar a atividade mercantil, própria dos povos árabes. Desta forma o prédio assume a imagem de sua função, numa tendência bastante comum à cultura arquitetônica eclética do século XIX e princípios do século XX.

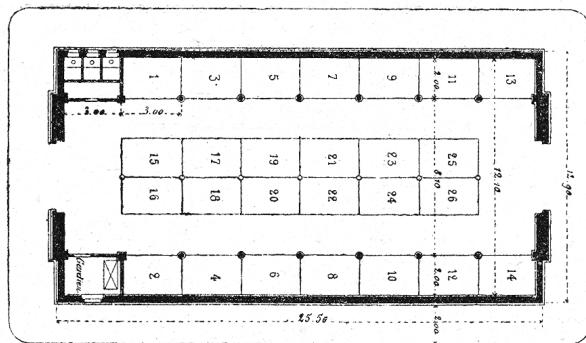


Figura 5: Plano tipo de um mercado municipal aberto segundo Louis Cloquet

Fonte: CLOQUET, Louis. *Traité D'Architecture – Éléments de L'Architecture, Types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture*. Paris, Librairie Polytechnique CH. Béranger, 1922, p. 202.

Com uma volumetria bastante movimentada, a superposição das coberturas aliada ao alteamento do pé direito, na sua porção mais central, criou uma composição arquitetônica interessante. O jogo de telhados permitia iluminação e ventilação natural em todo o conjunto projetado na época.

A estação Carlos Botelho da Estrada de Ferro Funilense funcionou até 1925. Nesta época, por ali circulavam também bondes e charretes, que davam um charme próprio ao local. A região era ponto de footing dos jovens da época. Por muitas décadas, o chamado *Mercadão* foi também ponto de encontro de jornalistas e intelectuais da cidade que se reuniam para apreciar os petiscos, pastéis e bolinhos de bacalhau vendidos ali e, invariavelmente, se transformava em palco para discussão dos grandes temas nacionais e municipais.

O prédio foi tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e, em 1995, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc). Em 1996 passou por reforma que recuperou suas características originais, uma vez que o prédio estava já descaracterizado.

Ainda hoje ele guarda a sua função original e, no final de 2005, sua fachada foi pintada, seu telhado reformado, os toldos dos boxes trocados e, assim como as platibandas, padronizadas; o estacionamento passou a ser automatizado e ganhou novas vagas. Nesta data, o mercado recebeu, também, nova comunicação visual, projeto paisagístico, processo de higienização e recapeamento asfáltico.

O Mercado Municipal de Amparo também veicula uma linguagem neomourisca e pode ser considerado uma variante tipológica do modelo definido pelo Mercado Municipal de Campinas. Ainda hoje, ele é utilizado como mercado central e está preservado. (Figura 6)

Em diversas cidades do Estado de São Paulo, muitos mercados municipais, assim como matadouros municipais, ainda encontram-se desprotegidos, quando não foram já demolidos.

6 Conclusão

Os estudos sobre o patrimônio industrial alcançam cada vez mais importância e relevância social e histórica. Em 1978, por ocasião do IIIº Congresso Internacional para Conservação dos Monumentos Industriais em Estocolmo, Suécia, foi criado o *The International Committee for Conservation of Industrial Heritage* (TICCIH), organismo cuja finalidade é promover a cooperação internacional no campo da preservação, conservação, localização, documentação e valorização do patrimônio industrial.

De uma maneira geral, em quase todos os países que conheceram a industrialização, a consciência da necessidade de preservar o patrimônio industrial ganha amplitude. Nesta perspectiva o TICCIH, durante a sua Conferência de 2003, realizada na Rússia (Moscou e Nizhny Tagil)



Figura 6: Mercado Municipal de Amparo em 2009. O edifício veicula uma linguagem neomourisca e pode ser considerado uma variante tipológica do modelo definido por Ramos de Azevedo no Mercado Municipal de Campinas. Ainda hoje, ele é utilizado como mercado central e está preservado

Fonte: Os autores.

aprovou a Carta para o Patrimônio Industrial (CORDEIRO, 2004, p. 15).

Neste mesmo ano, na cidade de São Paulo, foi formado o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial, representação oficial junto ao TICCIH, buscando reunir e organizar iniciativas neste campo e inserindo o Brasil nos esforços internacionais de catalogação e preservação do passado industrial (MENEGUELLO; RUBINO, 2004, p. 1).

Para Cristina Meneguello e Silvana Rubino (2004, p. 3), no Estado de São Paulo, tanto na capital como nas cidades do interior, “a muitas vezes galopante substituição das atividades econômicas

pelas do setor de serviços ou pelo trabalho informal provocam a descaracterização permanente de importantes edifícios ou sua simples demolição”.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil, o patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas; reveste-se de um valor social como parte do registro da vida de uma sociedade, conferindo-lhes valor identitário. A carta destaca a importância da identificação, do inventário e da investigação através de levantamentos de campo e da elaboração de tipologias industriais que possam permitir conhecer a amplitude do patrimônio

industrial (*Carta para o Patrimônio Industrial*, Moscou e Nizhny Tagil, 2003, p. 3).

É nesta direção que o nosso trabalho de levantamento e de inventário de alguns dos exemplares deste patrimônio no Estado de São Paulo pretende contribuir para a preservação do patrimônio industrial, procurando, sobretudo, chamar atenção para uma tipologia arquitetônica específica vinculada ao movimento higienista do período que lhe dá maior identidade.

Referências

- AMARAL, L. J. R. do. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850 – 1900*; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAMARGO, L. S. de. *Sepultamentos na Cidade de São Paulo: 1800/1858*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

CAMPOS, E. *Arquitetura Paulistana sob o Império. Aspectos da Formação da Cultura Burguesa em São Paulo*. São Paulo, Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1997.

CARVALHO, M. C. W. de. A Arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo: o itinerário profissional do engenheiro-arquiteto, protagonista da introdução dos modelos europeus em São Paulo, na virada do século. *Revista do Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Ano V, n. 5, p.9- 15, janeiro de 1998.
_____. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CLOQUET, L. *Traité D'Architecture – Éléments de L'Architecture, Types d'édifices – esthétique, composition et pratique de l'architecture*. Paris: Librairie Polytechnique CH. Béranger, 1922.

CORDEIRO, J. M. L. Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2004, Campinas. *Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial*. Campinas, UNICAMP, 2004, p. 1-26.

FANTINI, B. La microbiologia medica. In: GRIMEK, M. D., *Storia del Pensiero Medico Occidentale*, volume 3. “Dall’ Eta Romantica alla Medicina Moderna”. Roma: Editori Laterza, 1998.

HASKEL, S. & GAMA, L. Ramos de Azevedo e a cidade. *Revista do Departamento do Patrimônio Histórico*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Ano 5, n. 5, janeiro de 1998.

LEMOS, C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
_____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Editora Pini, 1993.

LOPES, M. M. *As Faces da Modernidade: Arquitetura Religiosa nas Reformas Urbanas de Itú (1873-1916)*. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo 2009.

MENEGUELLO, C. ; RUBINO, S. Patrimônio industrial, perspectivas e abordagens. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2004, Campinas. *Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial*. Campinas, UNICAMP, 2004, p. 1-5.

PATETA, L. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, A. (Org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel Edusp, 1987, p. 9-27.

SILVA, G. G. da . *Arquitetura do Ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOURNIA, J. *Storia della Medicina*, Bari: Edizione Dedalo, 1994.

ZAMBIEN, W. Jean-Nicolas-Louis Durand. In: PICON, A. *Achitectes et ingenieurs au siècles des lumières*. Marseille: Parenthèses, 1998.

Recebido em 23 set. 2009 / aprovado em 15 dez. 2009

Para referenciar este texto

Para referenciar esse texto
SALGADO, I.; MURILHA, D. Patrimônio
Arquitetônico no Estado de São Paulo: uma arquitetura
para matadouros e mercados antigos. *Exacta*, São
Paulo, v. 7, n. 2, p. 263-277, 2009.

